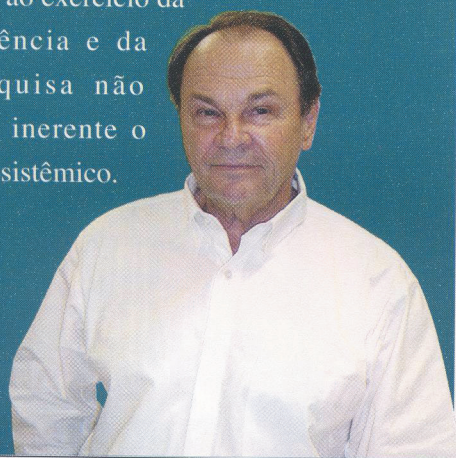


Équívoco, reducionismo, impropriedade e artificialismo são conceitos que veiculam em meu cérebro sempre que me defronto com a expressão “Extensão Universitária”. Impropriedade e equívoco, pois, a meu ver, uma universidade não se estende, comunica-se ou age sistemicamente em seu meio social. Artificialismo, pois o conjunto de ações chamadas de “extensão universitária”, praticadas pela universidade precisavam de um nome que as diferenciasses substantivamente das suas outras ações: o ensino e a pesquisa. Reduccionismo porque, o comunicar-se ou o agir sistêmico de uma universidade não se dá apenas por meio de algumas ações denominadas “extensão universitária”, mas por todas as ações da instituição. Se as ações, chamadas de “extensão universitária”, ampliam o agir sistêmico de uma universidade, e isso pode-se aceitar, não significa que ao exercício da docência e da pesquisa não seja inerente o agir sistêmico.



Extensão ou Extensionalidade?

*Pe. José Romualdo Degasperi **

É próprio de uma instituição universitária gerar conhecimento e, na sua interação sistêmica com a sociedade, tornar acessível esse conhecimento (BOTOMÉ, 2002). Este é seu objetivo e, por conseguinte, sua razão de ser. O ensino, a pesquisa e as ações de caráter comunitário são meios que uma universidade tem em mão para geração de conhecimento e para torná-lo acessível. É por estes mesmos meios que ela se articula com seu meio social. Esse movimento de articulação natural e sistêmica, conseqüência da finalidade primeira de uma universidade, poderia ser chamado de extensionalidade. Extensionalidade referir-se-ia a um modo de ser, a uma característica da universidade.

A extensionalidade, porque propriedade constitutiva da universidade, conseqüentemente, impregna de forma visceral o ato de ensinar, o ato de pesquisar e as ações comunitárias. O ato da docência, do pesquisar e do agir nas comunidades são cada um dos momentos em que uma instituição universitária se apercebe interagindo como co-atora com outros tantos atores do próprios tecido social.

A quarta edição da Revista Dialogos discute, e para isso apresenta uma diversificada matéria, as vinculações indissociáveis entre o ensino e as ações comunitárias, tradicionalmente, a extensão. Ocorre-me perguntar se são necessárias ao ensino superior outras ações para servirem de ponte entre ele e a sociedade. O ensino superior, por sua própria natureza, não teria a capacidade de interação? Necessitaria de outras ações para ser legitimado diante da sociedade?

Parece oportuno desvelar o ato de ensinar de uma universidade. É possível que no seu interior, sem nenhuma outra mediação se revele a extensionalidade.

No entender de Botomé (2002), o ensino superior está em função de produzir capacidades de nível superior importantes para a sociedade. Agentes de alta qualificação a serviço da comunidade. Isto, afirma o mesmo autor, implica em transformar conhecimento científico

* Pe. José Romualdo Degasperi é Pró-reitor de extensão da UCB - Universidade Católica de Brasília.

de alto nível em aptidões de pessoas, por meio das quais essas mesmas pessoas se tornem capazes de transformar processos sociais. Em outras palavras, capacitar pessoas para atuar em nível superior na sociedade.

Quando o ensino superior se refere aos programas de *stricto sensu*, estão em jogo a formação profissional de cientistas, a formação de docentes de alto nível, a formação de administradores de ciência, de tecnologia e de ensino superior (BOTOMÉ, 2002). Óbvio que a formação desses profissionais não são um fim em si. Os profissionais serão pessoas que atuarão nos processos que compõem a sociedade. Significação e relevância são dois aspectos que questionam o processo de formação, ou seja, o ato de ensinar de nível superior. Terá significância e relevância o processo de formação profissional que levar em conta as exigências e os critérios de compromisso social. É preciso, por conseguinte, capacitar pessoas para trabalhar com problemas e necessidades sociais existentes e oferecer-lhes a solução.

Da argumentação acima, decorre que o projeto pedagógico dos cursos graduados e pós-graduados, as linhas epistemológicas, os conteúdos programáticos, as unidades trabalhadas, a forma de trabalhá-las e o perfil profissiográfico sejam decorrentes das exigências e necessidades sociais. Com esta sintonia é possível capacitar profissionais capazes de enfrentar e transformar o contexto social. É dessa forma que o ensino superior ministrado por uma universidade, sem auxílio de qualquer outra mediação, age sistemicamente na sociedade e revela, na sua própria prática, a extensionalidade.

A esta altura das considerações e refletindo no que propõe esta edição da *Dialogos*, não há como furtar-se de outra indagação: As ações reunidas sob a denominação de “Extensão Universitária” agregam algum valor ao ensino superior? Sem essas ações o ensino superior deixaria de ser ensino superior?

A meu ver, as ações sociocomunitárias desenvolvidas na universidade, chamadas artificial e de forma reducionista de “extensão universitária”, a rigor, nada acrescentam ao Ensino Superior e nem são fatores essenciais de sua legitimidade. Podem, no entanto, ser

oportunidade de tomada de consciência das grandes questões sociais e da aprendizagem de como lidar com elas. Concomitantemente, a participação efetiva em ações sociocomunitárias, pode levar o ator a criar maior sensibilidade social e a vir questionar teoria, orientações e perspectivas profissiográficas, dentre outros aspectos, da ministração do ensino superior.

As ações comunitárias, reunidas por falta de outra denominação melhor, sob o nome de “extensão universitária”, por seu turno, têm vinculação primeira com o fim precípua da universidade: o de tornar mais amplamente possível a acessibilidade social do saber gerado ou sistematizado por uma instituição universitária. Não propriamente com o ato de ensinar. Às ações comunitárias cabe a função de ampliar a acessibilidade social do conhecimento gerado.

Não obstante, a não necessidade de outras mediações para o ensino e a distinção clara entre ensino e as atividades comunitárias, parece oportuno que haja integração indissociável entre elas. Na afirmação de Botomé (2002), o ensino superior, graduação, mestrado e doutorado, precisam ser complementados por muitos outros tipos de atividades que podem potencializar (otimizar efeitos) todas essas atividades na sociedade em relação ao compromisso básico: produzir conhecimento e torná-lo acessível a todos. As ações comunitárias constituem formas complementares às que são inerentes ao ensino, não porém ao ensino em si, mas em relação ao cumprimento integral do objetivo da universidade. O ensino não dá conta sozinho de tornar totalmente acessível o conhecimento.

Importa, colocando frente a frente ensino e ações comunitárias, que o ensino cuide daqueles processos que culminam na consecussão de seu objetivo: a formação e capacitação de profissionais de nível superior engajados e prontos para tratar e transformar os processos sociais. Esta é uma primeira forma de tornar acessível o conhecimento. Às ações comunitárias cabe a ampliação dessa acessibilidade. Em relação ao objetivo da universidade, ensino superior e ações comunitárias são complementares. Quanto mais sinergia houver entre ambas, mais uma universidade se integra e se legitima socialmente.